

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.042 - RJ (2019/0001059-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA E OUTRO(S) - RJ099423
AGRAVADO : OSX CONSTRUCAO NAVAL SA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO E OUTRO(S) - RJ094605
FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA - RJ099423
EDUARDO TAKEMI DUTRA DOS SANTOS KATAOKA - RJ106736
FELIPE BRANDÃO ANDRÉ - RJ163343
GABRIELA MATTA RISTOW - RJ202414
INTERES. : LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
ADVOGADO : GUSTAVO BANHO LICKS - RJ176184

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. RECUPERAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. LITIGIOSIDADE AFASTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 83 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

A OSX CONSTRUÇÃO NAVAL S.A. (OSX) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da sua recuperação judicial, acolheu o pedido de habilitação de crédito requerida pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RIO DE JANEIRO).

O Tribunal de origem deu provimento ao aludido agravo em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA DO GRUPO OSX. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO RETARDATÁRIA. INTERLOCUTÓRIA QUE A ACOLHEU. INCLUSÃO DO CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO DO HABILITANTE, ORA AGRAVADO, NO QUADRO GERAL DE CREDORES. CONDENAÇÃO DA RECUPERANDA, ORA AGRAVANTE, AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). IRRESIGNAÇÃO LIMITADA AOS CONSECTÁRIOS DA

SUCUMBÊNCIA. RECORRENTE QUE, EM JUÍZO, NÃO SE OPÔS À HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. CONCORDÂNCIA DA ADMINISTRADORA JUDICIAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE LITIGIOSIDADE. PRETENSÃO RESISTIDA NÃO CONFIGURADA. DESCABIMENTO DA CONDENAÇÃO. PRECEDENTES DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DOS EE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (e-STJ, fl. 42).

Irresignado, o RIO DE JANEIRO interpôs recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, em que apontou a violação do art. 85 do NCPC, sustentando, em síntese, que, uma vez configurada a litigiosidade em relação ao pedido de habilitação do crédito formulado na recuperação, são devidos os honorários advocatícios sucumbenciais no caso concreto.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 83 do STJ.

O RIO DE JANEIRO, então, interpôs o presente agravo em que impugnou o fundamento da decisão agravada.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 154).

Parecer do MPF pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 169/172).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Como bem anotado na decisão agravada, o acórdão recorrido se alinha ao entendimento jurisprudencial consagrado neste STJ, no sentido de que *são devidos honorários advocatícios nos procedimentos de habilitação de crédito, desde que haja impugnação* (EREsp nº 188.759/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Segunda Seção, DJ 4/6/2001).

A propósito, também destacam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - INCIDENTE DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

[...]

2. Consoante entendimento jurisprudencial adotado nesta Corte, é impositiva a condenação aos honorários de sucumbência quando apresentada impugnação ao pedido de habilitação de crédito em sede de recuperação judicial ou falência, haja vista a litigiosidade da demanda. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp nº 1.153.887/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 19/12/2018)

PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. POSTERIOR RATIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO COLEGIADO. NULIDADE. SUPRIMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SUCUMBÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO. PROPORÇÃO DE GANHO E PERDA DE CADA PARTE SOBRE A PARTE CONTROVERTIDA DO PEDIDO.

[...]

2. São devidos honorários advocatícios nas hipóteses em que o pedido de habilitação de crédito em recuperação judicial for impugnado, conferindo litigiosidade ao processo. Precedentes.

[...]

4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp nº 1.197.177/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 12/9/2013)

No caso concreto, o acórdão recorrido foi categórico ao afirmar que

[...] A matéria em rejugamento é simples, a respeito da qual esta e. 14ª Câmara Cível já julgou, sob minha relatoria (Agravos de Instrumento n.ºs 0022255-25.2015.8.19.0000, 0017015-55.2015.8.19.0000, 0056314-73.2014.8.19.0000 e

0056586-67.2014.8.19.0000), recursos estes que versaram sobre o sistema de verificação de créditos no procedimento de recuperação judicial do GRUPO OSX, tendo havido decisão pela inexistência de litigiosidade, que leva, obviamente, ao afastamento da condenação a pagar os consectários da sucumbência.

A hipótese dos autos é semelhante, porquanto a recuperanda concordou com a pretendida inclusão do crédito quirografário no seu quadro geral de credores, ao que não se opuseram nem a Administradora Judicial, nem o Ministério Público, conforme faz prova a cópia integral dos autos do incidente processual (Anexo 01, índice eletrônico n.º 44), de modo que não há cogitar-se de pretensão resistida.

11. Logo, está clara a inexistência de litigiosidade, não havendo sequer falar-se em aplicação do princípio da causalidade, porque não há conflito de interesses, nem foi, repita-se, a pretensão resistida (e-STJ, fls. 44/45).

Nesse contexto, o apelo nobre esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 83 deste STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Porque inaplicável à hipótese, deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator